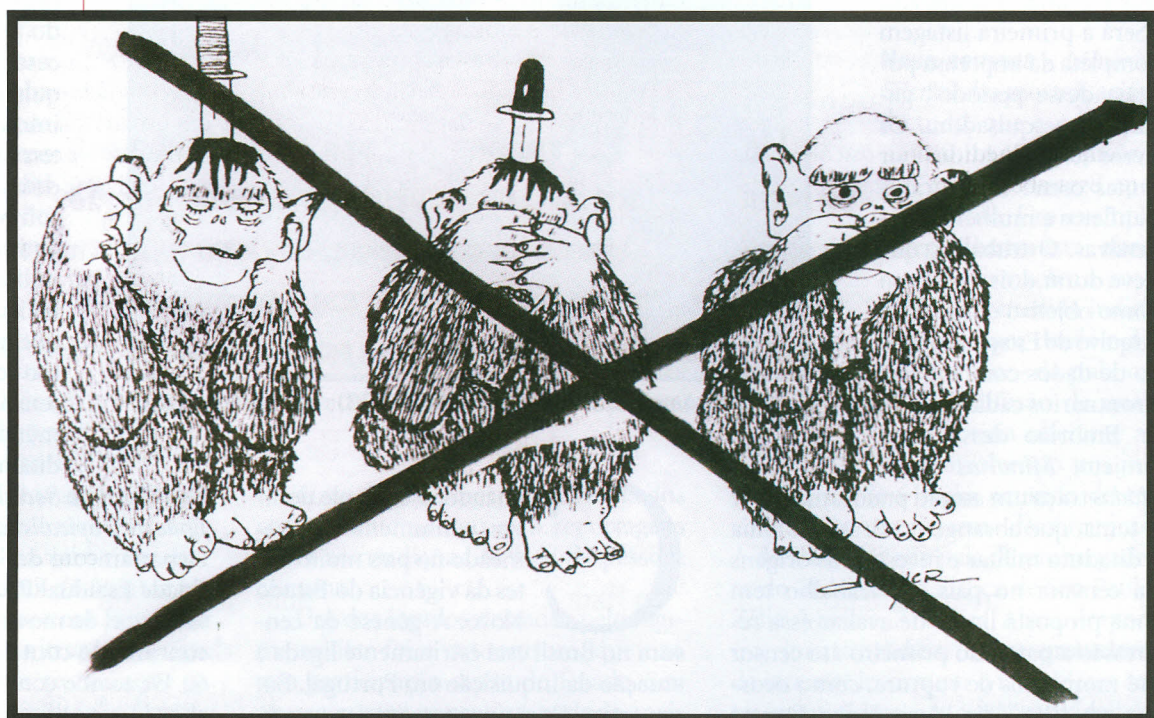


CENSURA

Coletânea de ensaios analisa a repressão à imprensa escrita do Brasil Colônia à ditadura militar



ARQUIVO O PASQUIM

“**A**niquilar o homem é tanto privá-lo de comida quanto privá-lo de palavra.” A frase de Walter Benjamin tornou-se emblema da indignação contra um dos grandes males da história da humanidade: a imposição de limites à liberdade de pensamento, ao cerceamento da expressão ou, em apenas uma palavra, a censura. Muito já foi discutido sobre o tema, mas quase sempre sob forma de estudos esporádicos e distantes do alcance do público. Essa lacuna foi, agora, preenchida com o lançamento do livro *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, organizado pela professora Maria

Luiza Tucci Carneiro, com apoio da FAPESP, e lançado pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

O livro é uma coletânea de artigos apresentados no *Simpósio Minorias Silenciadas*, organizado pela Universidade de São Paulo (USP) em 1997. Na ocasião, Maria Luiza foi convidada a realizar um debate sobre a censura em um evento sobre direitos humanos. “Ao tentarmos discutir a questão dos direitos do cidadão, nada mais oportuno do que repensarmos o tema das liberdades políticas sob o prisma da censura e da repressão às idéias”, argumenta a pesquisadora na apresentação do trabalho.

As discussões sobre o tema não se restringiram ao livro. As pesquisas foram tão produtivas que se desdobraram em um projeto temático, dessa vez focalizando a imprensa clandestina brasileira até os anos 50. Intitulada *Inventário Dops*, a nova pesquisa, organizada por Maria Luiza e por Boris Kossoy, da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), partiu de aproximadamente 90 jornais, que serão publicados em quatro catálogos. “Será a primeira listagem completa da imprensa política desse período”, garante a pesquisadora. Os livros serão divididos por temas como iconografia, panfletos e mulheres subversivas. O trabalho, que deve durar dois anos, tem como objetivo entregar ao Arquivo do Estado um banco de dados com 150 mil prontuários cadastrados.

Embrião desse novo projeto, *Minorias Silenciadas* traça um amplo panorama sobre o tema, que abrange do Brasil Colônia à ditadura militar e investiga as origens da censura no país. “O trabalho tem uma proposta linear de avaliar essa repressão a partir do primeiro ato censor até momentos de ruptura, como ocorreu em 1968”, diz Maria Luiza. Dentre os artigos que compõem o livro, um dá a dimensão da obtusidade dos órgãos censores. Em *Procura-se Peter Pan...*, Márcia Mascarenhas Camargos e Vladimir Sacchetta relatam a perseguição ao escritor Monteiro Lobato pelo governo de Getúlio Vargas. Numa das passagens mais impressionantes, os autores citam a proibição à leitura de *Peter Pan*, história clássica da literatura infantil, considerada pela censura uma “perigosa obra criptocomunista, que pregava às crianças que desobedecessem aos pais e fugissem de casa”. A censura baseava-se no fato de os livros de Lobato chocarem-se contra os projetos do Estado Novo, “empenhado em formar uma juventude saudável e patriótica, unida em torno da tradição cristã”.



Imprensa Amordaçada, de Granville (1833): repressão antiga

Contudo, o controle do livre pensamento foi semeado no país muito antes da vigência do Estado Novo. A gênese da censura no Brasil está estritamente ligada à atuação da Inquisição em Portugal. Em seu artigo *Os regimes totalitários e a censura*, Anita Novinsky afirma que a censura durou três séculos no Brasil colonial e foi muito mais rigorosa do que na América espanhola. Segundo a autora, “o medo de que idéias heréticas penetrassem no Novo Mundo foi o pesadelo dos inquisidores portugueses. Proibia-se aos leigos a leitura da Bíblia e os agentes do Santo Ofício (...) vigiavam cada navio que entrava nos portos brasileiros”.

A censura intensificou-se com a publicação, em Portugal, do *Index Romano*, lista de livros proibidos pela Igreja. Décadas depois, foi instituído o Desembargo do Paço — órgão do poder régio —, que impedia a publicação de livros mesmo que tivessem recebido licenças do Santo Ofício e do Tribunal Ordinário. Ou seja, foi criada uma trí-

plice censura: a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Com a chegada da família imperial ao país, ocorre uma das primeiras rupturas do processo de instalação da censura. “A vinda da Corte portuguesa trouxe junto a imprensa régia, que contribuiu com idéias abolicionistas e o aumento das tensões entre monarquistas e republicanos”, afirma Maria Luiza.

Perseguição - De cristãos novos a maçons, passando por estudantes “afrancesados”, jesuítas, anarquistas e comunistas, os inimigos da censura alternaram-se no decorrer dos séculos, mas poucos sofreram tanto quanto os “inimigos” dos governos militares. Escritores, jornalistas, músicos e todos que possuíam um mínimo de discernimento e senso crítico foram duramente perseguidos pela ditadura. No artigo *En-*

saio Geral de Socialização da Cultura: o Epílogo Tropicalista, Marcelo Ridenti, do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), analisa o papel do movimento tropicalista no conturbado contexto político dos anos 60. De acordo com Ridenti, o estudo não aborda especificamente os atos censores ao Tropicalismo, atendo-se ao ambiente cultural no período pré-censura. “Houve uma aposta de mudança que precedeu o golpe de 64 e ganhou vulto com o envolvimento dos artistas na transformação radical da sociedade brasileira. O palco para isso seriam teatros, como o Oficina, festivais e espaços culturais”, explica o professor. “Havia uma forte junção entre a vida cotidiana política e a cultural, que ganhou um sentido subversivo para os padrões da ditadura. Os órgãos repressivos trataram de censurar essas idéias.”

Em sua análise do contexto político-cultural dos anos 60, Ridenti toma emprestado, como ponto de partida, uma expressão cunhada por Walnice Nogueira Galvão em *As Falas, os Silên-*

cios: “ensaio geral de socialização da cultura”. O Tropicalismo, diz o autor, marcou o fim desse ensaio. “Muitos acreditam que o movimento foi uma ruptura radical com a cultura política forjada naqueles anos. Na verdade, é apenas um de seus frutos diferenciados.”

Em *Mortos sem Sepultura*, Maria Aparecida de Aquino, da História Social da USP, esclarece que existiram diferentes práticas censoras. Boa parte dos trabalhos sobre o tema constrói uma imagem estereotipada do trinômio participante dos conflitos durante o regime militar: o Estado, a imprensa e a censura. Maria Aparecida esclarece que não houve um “Estado todo-poderoso, dotado de vontade única, ausente de contradições internas e de interesses diferenciados, condutor dos destinos da nação”. Ou “uma censura unilinear e aleatória que age ao sabor das circunstâncias e ao gosto do ‘censor de plantão’”. “Tampouco uma imprensa vítima do algoz censório que atua indivisa na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão”, afirma a autora.

Anedotário - “A primeira imagem que se tem da censura é que ela é burra e tem como função cortar o noticiário. Isso acaba se tornando parte de um anedotário”, diz Maria Aparecida. “Uma coisa é ler e ouvir as ordens emitidas aos jornais durante o regime militar, outra é conhecer a ação sobre o que foi escrito.” Em sua pesquisa, a professora debruçou-se sobre a atuação dos órgãos censores nas redações de jornais como *O Estado de S. Paulo* e *O Movimento*, que adotavam perfis editoriais diferentes e, por isso, sofreram intervenções distintas. Se no primeiro o controle censório atacou assuntos políticos, no *Movimento*, que



Edição apreendida de *O Pasquim*, em 1975: a censura feroz

focalizava causas sociais, a maioria dos cortes tinham como alvo reportagens sobre as condições de vida de pessoas comuns.

Um dos legados deixados pelo regime militar foi a autocensura, que não tem participação direta do Estado. Seu aparecimento remete ao período mais violento da ditadura, quando foi editado o Ato Institucional nº 5, que criou a censura prévia, praticada por censores enviados às redações. Muitos jornais

optaram por acatar as ordens e não foram submetidos à censura prévia. Nesses casos, o próprio órgão de informação passou a desempenhar o papel de censor. A convivência com essa situação criou a autocensura, praticada pelos próprios donos das empresas jornalísticas, como define Maria Aparecida. Os jornais passaram a publicar apenas o que interessava aos seus donos e diretores. “Isso tornou pior uma característica pré-existente.”

Nova censura - *Minorias Silenciadas* mostra, acima de tudo, que a censura é multiforme e camaleônica. Ela nunca morre, apenas dorme. Um exemplo recente ilustra com clareza essa afirmação: a proibição, por medida judicial – em vigor desde o dia 23 de maio – da publicação ou difusão de qualquer notícia referente ao caso envolvendo um juiz

do TRT de São Paulo, acusado de envolvimento em esquema de corrupção. A decisão, tomada pela desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo, Zélia Marina Antunes Alves, impede que jornais, rádios, TVs e provedores de internet informem o fato. Meses antes, o candidato à sucessão presidencial Anthony Garotinho também utilizou a Justiça para impedir que uma revista publicasse reportagem denunciando um esquema de corrupção no qual o político estaria envolvido.

Novamente, a censura ganha novas formas e regenera o corpo destruído, como certas espécies de vermes. Contudo, segundo o professor Renato Janine Ribeiro, no texto *O Direito de Sonhar*, que abre o livro, a censura jamais conseguirá reprimir a liberdade de pensamento e a imaginação. “Se quisermos combater a censura, não será ridicularizando seus excessos, mas contestando seu cerne. Não será zombando de seus erros, mas defendendo a capacidade que tem o pensamento – e a fantasia – de criar mundos novos.”

O PROJETO

Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil

MODALIDADE

Auxílio à publicação

ORGANIZADORA

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO –
Departamento de História
da USP

INVESTIMENTO

R\$ 7.500,00